

Crise hídrica ameaça a região Norte de Minas

Montes Claros sedia abertura do seminário legislativo *Águas de Minas III, promovido pela ALMG*

CLARISSA BARÇANTE/ALMG

A escassez de água, que sempre foi realidade no Norte de Minas, fez de Montes Claros o município escolhido para iniciar os trabalhos do seminário legislativo *Águas de Minas III – Desafios da Crise Hídrica e a Construção da Sustentabilidade*, que vai percorrer outras oito cidades do Estado. Durante o encontro, iniciado na manhã de ontem, foram apresentados dados que mostram o agravamento da crise hídrica na região e obstáculos para resolver o problema. O seminário é iniciativa da Assembleia Legislativa (ALMG).



Evento percorrerá outras oito cidades em busca de alternativas para solucionar o problema

Redução dos índices de chuvas em 60% no último ano levou à diminuição da vazão dos principais rios da região

Duas das bacias hidrográficas mais importantes da região de Montes Claros, a Jequitaiá-Bacuí e a Verde Grande, tiveram redução do índice de chuvas de cerca de 60% no último ano. A informação foi apresentada pelo coordenador do Núcleo Ope-

racional Regional do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Rafael Alexandre Sá. Outras bacias importantes também teriam recebido poucas chuvas – a do Médio São Francisco teria registrado redução de 40% no último ano, enquanto o Paracatu teria verificado diminuição de 50%. Segundo ele, esse foi um dos motivos para o agravamento da crise hídrica, que estaria sendo sentida especialmente pelos agricultores locais.

“De 2014 para 2015, entramos em uma época de grandes dificuldades que, com certeza, vai continuar em 2016. Dificuldades que se traduzem pelo grande volume de rios e córregos já secos, pelas águas escassas dos poços artesianos e lençóis freáticos”, disse o deputado Carlos Pimenta (PDT). Ele ressaltou que é preciso revitalizar os rios e tirar do papel projetos

de barragens que podem garantir o aproveitamento das águas que caem em abundância em alguns períodos do ano.

LEGISLAÇÃO - O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, João Ezequiel Filho, disse que a atual legislação ambiental mineira é mais restrita que a de outros estados e dificulta a execução de projetos que poderiam amenizar a crise hídrica. “Se não flexibilizarmos a legislação, esses problemas não serão resolvidos. Até para fazer uma pequena barragem na sua propriedade, é difícil”, disse. Ele exemplificou dizendo que várias lagoas que alimentam rios e tiveram seus drenos ampliados pela atuação de pescadores ao longo dos anos poderiam ser parte da solução, se esses drenos fossem reduzidos novamente para que as lagoas armazenassem mais água. “Mas não se pode

fazer isso, pois o nível da água subiria e prejudicaria algumas árvores”, afirmou.

O secretário de Estado de Integração e Desenvolvimento do Norte de Minas, Paulo Guedes, concordou sobre a necessidade de alterar a legislação ambiental, que, na sua avaliação, tem prejudicado a região. Ele citou a lei do ICMS Ecológico, que seria calculado com bases em números que ele não considera adequados, gerando distorções.

Segundo Paulo Guedes, o município de Januária recebe do Governo do Estado 10% de R\$ 0,10 por hectare do Parque Água Pandeiros, que ele chamou de “berçário do rio São Francisco”, ao mesmo tempo em que municípios do Sul do Estado, mais ricos, chegariam a receber mais de R\$ 400 por hectare de alguns dos seus parques. “A agenda ambiental tem sido perversa com o Norte de Minas”, lamentou.

Participantes apresentam diversas alternativas

Aproveitar a água da chuva deveria ser, na opinião do prefeito de Montes Claros, Ruy Muniz, umas das prioridades. “Nossa região é seca, mas chove durante quatro meses do ano, e nós perdemos toda essa água. Por isso, é importante retomar a construção das barraginhas”, disse. Ele também destacou que é importante revitalizar bacias hidrográficas, proteger nascentes e investir em saneamento básico.

Segundo o prefeito, a água que sai da barragem Verde Grande para abastecer Montes Claros tem uma perda de 45%. Ele defendeu a redução drástica dessa

perda e destacou que a Agência Reguladora dos Serviços de Água e Saneamento (Arsae-MG) não conseguiria fiscalizar todos os municípios mineiros. Por isso, ele defendeu a criação de agências reguladoras municipais.

O deputado Gil Pereira (PP) disse que o grande gargalo é a falta de recursos. “Em Extrema, as pessoas são pagas para cuidar das nascentes, para produzir água. Esse tipo de iniciativa é essencial, mas é preciso ter recursos”, pontuou.

Já Leandro Genaro (PSB), que presidiu o encontro, leu pronunciamento do presiden-

te da ALMG, Adalclever Lopes (PMDB), em que destaca a importância de se avaliar a implementação das leis estaduais relativas ao uso da água e do saneamento. O pronunciamento também ressaltou a importância de se garantir a segurança hídrica e de se estimular a educação ambiental.

PROJETO - O coordenador do projeto Cidadania Ribeirinha, Márcio Santos, apresentou o que vem sendo realizado desde 2012 pela ALMG. Voltado para a educação ambiental, o projeto trabalha com estudantes do Ensino Médio, lide-

ranças comunitárias, garis e vários outros públicos de municípios localizados na bacia do rio São Francisco.

À tarde, os participantes do encontro se reuniram em grupos de trabalho para discutir soluções para questões relacionadas a seis eixos temáticos: crise hídrica; fomento, custeio e receitas; agricultura, pecuária e piscicultura; destinação, saneamento e saúde; atividade minerária, indústria e energia. Essas propostas serão colocadas em discussão na etapa final do seminário legislativo, que acontece entre 29 de setembro e 2 de outubro, na ALMG.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
DESEMBARGADOR PEDRO C. BITENCOURT MARCONDES

Secretário de Estado de Casa Civil
e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO REZENDE TEIXEIRA

Diretor-Geral da Imprensa Oficial
EUGÊNIO FERRAZ